



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

CHIRLEY LIMA DA SILVA

**DOCÊNCIA EM SECRETARIADO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS
DOCENTES ATUANTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL**

FORTALEZA

2013

CHIRLEY LIMA DA SILVA

**DOCÊNCIA EM SECRETARIADO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS
DOCENTES ATUANTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof^ª. Me. Joelma Soares da Silva.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo

-
- S725d Silva, Chirley Lima da.
Docência em Secretariado: um estudo sobre a formação dos docentes atuantes nas instituições de ensino superior do Brasil / Chirley Lima da Silva. – 2013.
47 f. : il. color.; enc.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof^ª. Me. Joelma Soares da Silva
1. Secretariado Executivo – estudo e ensino 2. Secretariado Executivo - Docência 3. Ensino Superior I. Título.

CDD 651.3741

CHIRLEY LIMA DA SILVA

DOCÊNCIA EM SECRETARIADO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS
DOCENTES ATUANTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Data da aprovação ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Me. Joelma Soares da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Me. Conceição de Maria Pinheiro Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o Me. Laudemiro Rabelo de Souza Moraes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família pelo amor e apoio de sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me presentear, colocando em meu caminho pessoas tão maravilhosas e por me dar força e perseverança para seguir em frente quando os obstáculos pareciam maiores do que eu poderia ultrapassar.

Aos meus pais que me educaram e sempre me guiaram pelo caminho correto, que acreditaram e respeitaram as minhas decisões, por mais que elas lhes parecessem arriscadas.

Aos meus irmãos Charle, Sheila e Chelton que sempre me apoiaram e torceram pelo meu sucesso, e em especial a minha irmã Chelma, que me acolheu no momento decisivo da minha vida e com a qual tenho dividido as responsabilidades da vida adulta desde então.

Aos meus amigos Hilário Sousa, Adairla Pereira, Amanda Amâncio, Cybelle Amorim, Daniela Brito e Juliana Camurça pela amizade e companheirismo que compartilhamos ao longo desses anos e ainda por terem tornado essa caminhada de aprendizado muito mais divertida e prazerosa.

Ao meu namorado Erisvando Santos pelo apoio, carinho, compreensão e companheirismo que dedicou a mim durante toda a realização deste trabalho.

A Professora Joelma Soares da Silva por ter aceitado ser minha orientadora e ainda pelo incentivo nos momentos em que eu achei que não conseguiria continuar.

Ao meu amigo Paulo Pontes pelo apoio, incentivo e compreensão durante toda a minha jornada universitária.

As minhas amigas Letícia Lopes e Helmary Fechine pela troca de experiências durante a produção de minha Monografia.

Aos membros da banca examinadora, Conceição de Maria Pinheiro Barros e Laudemiro Rabelo de Souza Moraes pela disponibilidade.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse concluir mais essa etapa da minha vida.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

(Paulo Freire)

RESUMO

A profissão de docente do ensino superior exige dos profissionais uma formação que deve ir além das titulações de mestrado ou doutorado exigidas por lei. No caso dos professores do Curso de Secretariado Executivo não é diferente, pois este tipo de formação, por ser multidisciplinar, demanda por docentes qualificados em diversas áreas do conhecimento, capazes de desenvolverem nos discentes as habilidades técnicas exigidas pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Secretariado Executivo e ainda participarem da formação cidadã desses discentes como orienta as finalidades do ensino superior. Buscando saber o perfil da formação dos docentes do curso de Secretariado Executivo no Brasil, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a formação de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil e como objetivos específicos analisar a formação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, os cursos de capacitação e atualização na área de Secretariado feitos pelos docentes e analisar a formação para docência do ensino superior dessa amostra de docentes de Secretariado Executivo. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma revisão de literatura a fim de dar embasamento teórico para o estudo e uma pesquisa de campo, por meio de análise de conteúdo. A pesquisa é descritiva, com conotação qualitativa e teve como universo os docentes de Secretariado Executivo das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, mas a pesquisa limitou-se a analisar uma amostra de 30 docentes. A partir da análise dos resultados do estudo verificou-se que há um grande número de docentes preocupados com a sua formação, tanto no que diz respeito às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quanto as Diretrizes Curriculares do Curso de Secretariado Executivo e ainda em buscarem uma formação pedagógica.

Palavras-chave: Docência. Ensino superior. Formação. Secretariado Executivo.

ABSTRACT

The profession of teaching in higher education demands of professional training that must go beyond the titles of master's or doctorate required by law. In the case of teachers of Executive Secretarial Course is no different, as this type of training because it is multidisciplinary, demand for qualified teachers in various areas of knowledge, able to develop in students the technical skills required by the Course Curriculum Guidelines Executive Secretariat and still participate in the civic education of these students as guides the purposes of higher education. Seeking to know the profile of teacher training course in the Executive Secretariat in Brazil, the present study aimed to analyze the formation of a sample of teachers of the Executive Secretariat in Brazil and specific objectives to analyze the formation *Stricto Sensu* and *Lato Sensu*, the training courses and update the area Secretariat made by teachers and also examine training for teaching in higher education in this sample of teachers of the Executive Secretariat. To achieve these goals, we conducted a literature review in order to provide theoretical basis for the study and a field research through content analysis. The research is descriptive and qualitative connotation universe and had as teachers of the Executive Secretary of the Brazilian higher education institutions, but research was limited to analyzing a sample of 30 teachers. From the analysis of the results of the study found that there are a large number of teachers concerned about their training, both with regard to the requirements of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), the Curriculum Guidelines Course Executive Secretarial and still seek a pedagogical training.

Keywords: Teaching. Higher education. Training. Executive Secretariat.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de Mestres e Doutores por região do Brasil.....	19
Quadro 2 – Cursos de Secretariado em atividade no Brasil.....	25
Quadro 3 – Formação <i>Stricto Sensu</i> dos docentes.....	36
Quadro 4 – Cursos de capacitação e atualização feitos pelos docentes.....	37
Quadro 5 – Cursos de formação para a docência.....	39

LISTA DE SIGLAS

DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
FENASSEC	Federação Nacional das Secretárias e Secretários
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	14
2.1	Docência: aspectos relevantes	14
2.2	Desafios da docência do ensino superior.....	17
2.3	Formação para docência do ensino superior.....	19
3	FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO.....	23
3.1	Desafios da formação para docência em Secretariado Executivo.....	26
3.1.1	Falta de ciência própria do Secretariado	27
3.1.2	Carência de formação <i>Stricto Sensu</i> específica para o Secretariado Executivo ..	29
4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	31
4.1	Classificação da Pesquisa.....	31
4.2	Técnicas de Pesquisa	32
4.3	Universo e amostra	33
5	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA.....	35
5.1	Formação <i>Stricto Sensu</i>	35
5.2	Cursos de capacitação e atualização	37
5.3	Formação para a docência	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Secretariado Executivo no Brasil, hoje, segundo informações disponíveis no *site* do Ministério da Educação (MEC), é ofertado em mais de cento e cinquenta Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, o que demonstra a relevância que o curso vem ganhando. Atrelados a essa importância, vem o conhecimento e a valorização da profissão por parte das organizações que passaram a exigir muito mais dos profissionais, cobrando deles não apenas as habilidades que lhes são inerentes, mas também muito do conhecimento técnico o qual, a princípio, é adquirido na universidade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Art. 65, para a docência no ensino superior, exige-se do professor, o “nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”, mas de acordo com Vasconcelos (1996) a docência na Universidade é exercida em parte por professores formalmente preparados para o exercício dessa profissão e outra parte por profissionais que assumem o magistério sem nenhum preparo específico para essa tarefa, o que reflete diretamente na qualidade do ensino e conseqüentemente no profissional que será colocado no mercado. Partindo desses apontamentos, o estudo é norteado pelo seguinte questionamento: Qual o perfil da formação dos docentes do curso de Secretariado Executivo no Brasil?

A busca por elucidar esta pergunta é que moverá a presente pesquisa, a qual se mostra bastante relevante para a área docente, de uma forma geral, e principalmente para a área secretarial, pois a investigação sobre a formação do docente de Secretariado Executivo no Brasil é algo pouco estudado, além disso, os resultados obtidos poderão mostrar o perfil dessa formação, enriquecendo assim os estudos já existentes e possibilitando o interesse para uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto.

A fim de responder ao questionamento da presente pesquisa, o estudo tem como objetivo geral analisar a formação de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil e como objetivos específicos: I) analisar a formação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil; II) analisar os cursos de capacitação e atualização na área de Secretariado feitos por uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil; III) analisar a formação para docência do ensino superior de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil.

O trabalho é dividido em 6 (seis) seções. A primeira é esta introdução. A segunda seção traz aspectos relevantes sobre a docência no ensino superior de uma forma geral como

definição, importância no panorama educacional brasileiro, os principais desafios da educação superior e ainda a formação necessária para exercer a profissão docente a luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e ainda de acordo com o pensamento de alguns estudiosos do assunto. A terceira abordará a formação para a docência em Secretariado, abrangendo um breve histórico da profissão, o tipo de capacitação exigida dos profissionais de Secretariado, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e as ideias de alguns autores conhecidos na área secretarial, e alguns dos desafios da formação para a docência em Secretariado Executivo. Na quarta seção é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. Na quinta seção é feita a análise dos resultados da pesquisa de campo a luz do referencial teórico, apresentando-os através de quadros e demonstrando-os de maneira dissertativa. Na última seção são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa, com a visão crítica sobre os resultados encontrados e as demais conclusões da pesquisadora.

2 DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A questão da formação dos profissionais da educação que vão atuar nos diversos níveis do sistema de ensino é objeto de permanente apreensão por parte daqueles que se preocupam com os destinos da educação em qualquer sociedade. (SEVERINO, 2003). Prova disso são as diversas exigências elencadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para o exercício do magistério em cada nível de ensino.

Essa preocupação é compreensível, pois, no caso do ensino superior, é crescente o número de profissionais dos cursos *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* que logo após a conclusão desses cursos ou, até mesmo, durante a realização dos mesmos, ingressam no magistério superior e, na maioria das vezes, não tem a preparação necessária para o exercício da profissão docente.

Essa situação acontece, porque além de a LDB permitir tal prática, muitos docentes acreditam que o domínio de certa área do conhecimento é o suficiente para ser um bom professor, desconhecendo que a docência se apresenta como um processo complexo que é construído “ao longo da trajetória docente e que esta envolve, de forma intrinsecamente relacionada, a dimensão pessoal, a profissional e a institucional.” E que tessitura das três, dá-se a constituição do ser professor (ISAIA, 2006, p. 63).

Neste capítulo serão abordados aspectos relevantes da docência no ensino superior. Para isso, deve-se entender como aspectos relevantes, definições e importância da docência universitária na educação brasileira, assim como os desafios enfrentados por ela e a formação necessária para o exercício dessa profissão no panorama universitário, esta última parte focará a legislação vigente para a área e a formação continuada tão importante para o bom desempenho dessa atividade.

2.1 Docência: aspectos relevantes

Docência de acordo com Veiga (2006, p. 85) “no sentido etimológico, [...] tem suas raízes no latim, *docere*, que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender.” Esse conceito mostra que deve haver, na prática docente, a preocupação com a compreensão do aluno em relação ao conteúdo que está sendo ensinado. Assim, “a docência pode ser definida como ação educativa que se constitui no processo de ensino-aprendizagem, na pesquisa, na gestão de contextos educativos e na perspectiva da gestão democrática”

(COSTA, 2008, p. 42). Entende-se com essas definições que o docente deve focar a sua preocupação na aprendizagem e a emancipação do aluno, tendo em vista que

A docência não é um esforço mais ou menos impessoal de transportar uma quantidade de conhecimentos da inteligência de um para a inteligência de outrem. A docência é um gesto humano, marcadamente pessoal, pelo qual o mestre procura conduzir aqueles que o acompanham à mesma visão da realidade e ao mesmo encontro com a verdade a que foi pessoalmente conduzido (CRIPPA, 1980, p. 62).

Desta forma o exercício da docência não deve ser visto apenas como uma transferência de conhecimento entre professor e aluno, pois o docente ao ensinar o conteúdo programado, inevitavelmente, coloca as suas percepções e experiências acerca daquele assunto, e desta forma transmite ao seu aluno não só aquilo que fora orientado a ensinar, mas também aquilo que aprendera, fazendo com que o discente não só assimile o conteúdo exigido em sala de aula como também crie uma visão da realidade estudada.

De acordo com Tardif (2002, p. 230)

[...] um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é somente um agente determinado por mecanismos sociais: é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta.

O professor não deve ser aquele que apenas repassa um conhecimento já produzido, mas sim um sujeito que assimila, organiza, molda ao seu jeito e só então externa o saber, procurando, junto com o aluno, construir o conhecimento e fazendo com que a vivência universitária seja um permanente ensinar e aprender (CRIPPA, 1980). De acordo com Bernheim e Chauí (2008, p. 33)

[...] o professor deixa de ser o centro principal do processo, que passa a ser o aluno, porém ele não se afasta, mas passa a atuar como guia, tutor, promotor de aprendizagem, capaz de gerar nas salas de aula um ambiente de aprendizagem. Podemos mesmo dizer que os professores se tornam co-aprendizes com seus alunos, mas não desaparecem nem deixam de ser importantes na relação professor/aluno, que está na base de qualquer processo de ensino-aprendizagem.

A aprendizagem dos alunos é o objetivo central dos cursos de graduação, e o trabalho dos docentes deve privilegiar não apenas o processo de ensino, mas o processo de ensino-aprendizagem, para que a ênfase esteja presente na aprendizagem dos alunos e não na transmissão de conhecimentos por parte dos professores (MASETTO, 1998). Corroborando com esse pensamento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/1996, em seu Artigo 13, ressalta que “zelar pela aprendizagem dos alunos” é uma incumbência dos docentes (BRASIL, 2005).

O conhecimento adquirido pelos discentes, durante a sua graduação, será a base para o seu exercício profissional, dessa forma, a docência universitária assume um papel de

extrema relevância para a sociedade, uma vez que os professores serão, através de suas aulas e de seus métodos de ensino, dentre outros aspectos, responsáveis pela formação técnica e co-responsáveis pela formação cidadã dos futuros profissionais que irão atuar nas diversas áreas do mercado.

Comprovando esse importante papel da docência no ensino superior, tem-se na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 43, as finalidades para a educação superior, a saber:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, p. 14).

Estas finalidades elencadas pela LDB, que abrangem desde o estímulo da criação cultural e científica até o estímulo do conhecimento sobre os problemas mundiais, levam a percepção de quão importante o ensino superior é para a formação e desenvolvimento de uma sociedade melhor, onde os profissionais sejam qualificados e preocupados em se manterem atualizados, que sejam humanos a ponto de buscarem colaborar para a resolução dos problemas da humanidade, que busquem o progresso através das ciências e tecnologias, enfim a educação superior não deve formar apenas profissionais qualificados, mas também cidadãos.

A co-responsabilidade do professor na formação cidadã de seus discentes é evidenciada no Projeto de recomendação relativa à condição do pessoal docente do ensino superior, o qual reconhece como decisivo, o papel dos docentes do ensino superior no progresso deste setor do ensino e ainda a importância da sua contribuição para o desenvolvimento da humanidade e da sociedade moderna (UNESCO, 1997).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1997) diz-se convencida de que cabe aos docentes do ensino superior, assim como a todos os

outros cidadãos, esforçarem-se para promover no seio da sociedade o respeito pelos direitos culturais, econômicos, sociais, civis e políticos de todos os povos.

2.2 Desafios da docência do ensino superior

A docência no ensino superior, principalmente por agregar responsabilidades frente à sociedade, apresenta muitos desafios, dentre eles a formação dos docentes, a exigência de constante atualização e ainda a relação professor-aluno.

No tocante a formação se encontram profissionais no exercício da docência, considerando a graduação realizada, com “formação didática obtida em cursos de licenciatura; outros, que trazem sua experiência profissional para a sala de aula; e, outros ainda, sem experiência profissional ou didática, oriundos de curso de especialização e/ou *stricto sensu*” (MOROSINI, 2000, p.11). Essa incompleta formação é sentida principalmente pelos alunos, pois conforme afirma Costa (2008, p. 46)

É frequente, nas rodinhas de acadêmicos, ouvi-los falando que há professores universitários que possuem conhecimento suficiente e atualizado nas áreas que lecionam, mas não são capazes de ensinar com eficácia, além de deixar a desejar quanto a métodos e técnicas de avaliação de aprendizagem.

Concordando com essa afirmativa de que os professores detém o conhecimento necessário, mas não conseguem ensinar com eficácia, Debalde (2003, p. 02) enfatiza que “em muitos casos, percebe-se que a dificuldade não está no conteúdo, mas no aspecto metodológico, ou seja, o professor tem domínio sobre a temática, mas não consegue encontrar uma forma adequada de abordá-la, possibilitando a aprendizagem.”

Evidencia-se com este cenário que os desafios ao docente do ensino superior, estão intimamente ligados a sua formação, tendo em vista que “A docência requer formação profissional para seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-lo adequadamente ou, no mínimo, a aquisição dos conhecimentos e das habilidades vinculadas à atividade docente para melhorar sua qualidade” (VEIGA, 2006, p. 87). A formação é considerada um desafio, pois

[...] o ingresso na carreira docente pressupõe mestrado ou doutorado. Em razão disso, os professores iniciam a carreira docente em níveis avançados da progressão funcional, mas continuam sem preparação prévia para a docência, o que demanda a necessidade de constituí-la ao longo do tempo (ISAIA, 2006, p.66).

Encontra-se aqui uma grande dificuldade, considerando que ambas as formações *Stricto Sensu* demandam tempo e dedicação, e que os professores que já exercem a função no

ensino superior, tem de cumprir as funções de ensino, de pesquisa e de administração em diversos setores da instituição (ZABALZA, 2004) e tem ainda, a função de orientação acadêmica em monografias, dissertações e teses (VEIGA, 2006), torna-se muito complicado dispor de tempo para se dedicarem às pesquisas inerentes a estes cursos.

Apresenta-se também como um desafio à docência superior, a necessidade de constante atualização, haja vista que o professor em meio às inúmeras atividades que tem de desenvolver dentro do ensino universitário, tem de conseguir disponibilizar tempo também para cursos que o permitam acompanhar as mudanças globais do novo panorama que se exhibe, no qual a necessidade de aperfeiçoamento torna-se cada vez mais evidente. No dizer de MOROSINI (2000, p. 11):

Com o processo de globalização, que se adentrou de forma acentuada pelo panorama nacional, a concepção de docência universitária está sofrendo alterações. No plano da capacitação da área de conhecimento, os parâmetros são claros. No plano da didática, embora esses parâmetros não sejam claros, da etapa da docência universitária, caracterizada pelo *laisse-faire*, passa-se à etapa da exigência de desempenho docente de excelência. Tornam-se definidores: um cidadão competente e competitivo; inserido na sociedade e no mercado de trabalho; com maior nível de escolarização e de melhor qualidade; utilizando tecnologias de informação na sua docência; produzindo seu trabalho não mais de forma isolada, mas em redes acadêmicas nacionais e internacionais; dominando o conhecimento contemporâneo e manejando-o para a resolução de problemas, etc. Um docente que domine o trato da matéria do ensino, a integre ao contexto curricular e histórico-social, utilize formas de ensinar variadas, domine a linguagem corporal/gestual e busque a participação do aluno.

Assim é de fundamental importância que o docente busque meios de adaptar o saber técnico adquirido ao longo de sua formação ao saber teórico para poder dividi-lo e reconstruí-lo com seus educandos. Mas para que haja essa construção do conhecimento é necessário fazer com que exista uma relação sadia entre educador e educando, e isso nem sempre é um processo fácil. Percebe-se que essa relação é um fator que também pode ser visto como um desafio ao professor universitário. Corroborando com esse juízo Tardif e Lessard (2011, p. 141) asseguram que “[...] a relação dos professores com os alunos revela-se complexa, variada e comporta tensões, dilemas importantes; é ainda uma relação determinada por fatores ambientais (pobreza, violência, origem étnica etc).”

O professor universitário encontra um desafio ainda maior, por ter de lidar com pessoas que, em sua maioria, são jovens, chegando à vida adulta e conseqüentemente assumindo certas responsabilidades, o que muitas vezes os fazem pensar que estão na condição de discutir e confrontar o professor. Aqui se apresenta uma situação em que o docente deve usar de seus conhecimentos pedagógicos e de sua inteligência emocional para não permitir que haja conflitos e isso venha a prejudicar o processo de ensino-aprendizagem.

No sentido de evitar esse tipo de situação Isaia (2006, p. 76) alerta sobre

[...] a necessidade de os professores, além de considerarem seus domínios específicos, investirem na dimensão pedagógica. Esta envolve atividades e valores traduzidos em sensibilidade ante o aluno; valorização dos saberes da experiência; ênfase nas relações interpessoais; aprendizagem compartilhada (professores e alunos); integração teórica/prática; e, também, o ensinar a partir do respeito à aprendizagem do aluno.

A falta de formação pedagógica pode ser considerada como um grande problema da educação, pois aquela que faz com que o professor aprenda maneiras de ensinar, muitas vezes é colocada de lado pelos docentes que consideram o domínio de um determinado saber o suficiente para cumprir a tarefa de ensino-aprendizagem.

2.3 Formação para docência do ensino superior

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/96, estão estabelecidos os referenciais para a formação do professor da educação superior através das exigências elencadas ao longo do texto, mais precisamente, nos artigos:

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas. Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico (BRASIL, 1996).

Sobre a questão das titulações dos professores a LDB salienta que as universidades devem ter “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado” (BRASIL, 1996).

Percebe-se com esses artigos que, legalmente, o magistério superior está atrelado apenas ao nível de pós-graduação (mestrado e doutorado), o que poderia ser um fator de tranquilidade para a sociedade, pois se pode constatar na base de currículos da Plataforma Lattes, que existem, no Brasil, 73.215 Mestres e 98.567 Doutores.

Quadro 1 - Número de Mestres e Doutores por região do Brasil

Região	Nº de Mestres	Nº de Doutores
Norte	4.512	3.784
Nordeste	14.405	16.501
Centro-Oeste	6.532	8.474
Sudeste	30.549	50.203
Sul	17.217	19.605
Total	73.215	98.567

Fonte: Base de Currículos da Plataforma Lattes (2012).

De acordo com os dados da Plataforma Lattes, no Brasil é considerável o número de mestres e doutores, sendo a maior concentração desses profissionais na região Sudeste do país. Diante dessa realidade, que demonstra o grande número de profissionais, legalmente, aptos à docência no ensino superior, a literatura busca elucidar o seguinte questionamento: seria o nível *Stricto Sensu* o suficiente para a prática docente?

De acordo com Nunes e Souza (2006, p. 1)

Os programas de pós-graduação, em especial os *stricto sensu*, embora possam explicitar nos seus objetivos a preparação para docência, notadamente articulam-se na formação de pesquisadores para áreas específicas. Tanto é assim que, no conjunto das atividades oferecidas e requisitos dos programas, os estudos sobre a prática e o próprio exercício da docência ocupam espaço muito limitado.

Anastasiou (2006, p. 147) apoia essa ideia ao afirmar que

[...] nos programas de pós-graduação esta formação tem se reduzido ao cursar de uma disciplina, habitualmente chamada de Metodologia de Ensino Superior ou similar, com uma carga horária média de 60 horas, portanto, insuficiente para a necessária sistematização dos saberes da docência e de uma associação entre a teoria e prática desta área, de complexidade indiscutível.

Participando dessa discussão, Masetto (1998, p. 11) enfatiza que o exercício da profissão docente no ensino superior exige capacidades específicas, que não se reduzem “a ter um diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor, ou ainda, apenas o exercício de uma profissão. Exige isso tudo, além de outras competências próprias.”

O autor ainda salienta que “a docência no ensino superior exige não apenas domínio de conhecimentos a serem transmitidos por um professor como também um profissionalismo semelhante àquele exigido para o exercício de qualquer profissão.” (MASETTO, 1998, p. 13). Completando o autor assegura que

O tipo de conhecimento hoje exigido e esperado é aquele que ultrapassa os limites de uma especialidade, abre-se para outras áreas e formas de conhecimento, procura integração, diálogo, complementação para melhor compreender o que está acontecendo no mundo e com a humanidade e seus fenômenos com múltipla causalidade (MASETTO, 2009, p. 5).

Vasconcelos (1996), afirma que na Universidade, a docência é exercida em parte por professores formalmente preparados para o exercício dessa profissão e outra parte por profissionais que assumem o magistério sem nenhum preparo específico para essa tarefa. O que é bastante preocupante, pois, no que diz respeito ao conhecimento técnico, o autor alerta que “[...] ministrar aulas envolve o domínio de técnicas específicas e um tipo de competência profissional, a pedagógica, que deve ser desenvolvida como qualquer outra competência e não simplesmente ser considerada como um dom” (VASCONCELOS, 1996, p. 1).

O autor ainda afirma que formar-se professor exige o domínio do conteúdo específico, acompanhado de uma constante atualização, pois essa é uma cobrança facilmente

identificada no discurso tanto institucional como discente. “É inadmissível um professor que não ‘conheça’ o assunto que pretende ensinar” (VASCONCELOS, 1996, p. 24).

Além do domínio do conteúdo a ser ensinado e das características já mencionadas pelos autores anteriores, Masetto (1998) elenca as competências que são específicas para a docência no ensino superior. Onde a primeira é a competência em uma determinada área, o que significa que o docente deverá ter um domínio dos conhecimentos básicos numa determinada área, experiência profissional de campo, uma constante atualização dos conhecimentos e práticas profissionais e ainda o domínio de uma área de conhecimento específico pela pesquisa; a segunda é o domínio na área pedagógica, na qual os docentes devem dominar o processo de ensino-aprendizagem e a terceira é o exercício da dimensão política, haja vista que “o professor, ao entrar na sala de aula para ensinar uma disciplina, não deixa de ser um cidadão, alguém que faz parte de um povo, de uma nação, que se encontra em um processo histórico e dialético, que participa da construção da vida e da história de seu povo”.

Bernheim e Chauí (2008, p. 34) reforçam essas características ao afirmarem que:

A educação precisa promover a formação de indivíduos cuja interação criativa com a informação os levem a construir conhecimento. O ensino consiste essencialmente em fornecer assistência ajustada à atividade construtivista dos alunos, com o objetivo de promover a aprendizagem pela compreensão. Em cada aula em que se desenvolve um processo de ensino-aprendizagem, se realiza uma construção conjunta entre professor e alunos, que é única e irreproduzível. Assim, o ensino é um processo de criação e não apenas de repetição.

Para Pimenta e Anastasiou (2002, p. 37)

Na maioria das instituições de ensino superior, incluindo as universidades, embora seus professores possuam experiência significativa e mesmo anos de estudos em suas áreas específicas, predomina o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja o processo de ensino-aprendizagem, pelo qual possam ser responsáveis a partir do instante em que ingressam na sala de aula.

Diante do cenário apresentado, no qual os docentes mesmo possuindo o nível de estudo exigido por lei não estão devidamente preparados para a função, e ponderando ainda que a prática docente não recebe a devida relevância nos cursos de mestrado e doutorado, é visível a necessidade de buscar uma alternativa para preencher as lacunas deixadas durante a formação profissional.

Sabe-se que grande parte dos cursos de graduação são destinados a formação de bachareis, assim, muitos de seus docentes também são bachareis, em sua maioria especialistas, mestres ou doutores, mas sem formação pedagógica. Alguns trabalham como profissionais liberais e desempenham as funções de professores universitários, onde

ministram disciplinas relacionadas com a sua formação específica. Nunes e Souza (2006, p. 3) afirmam que é exatamente sobre esse fato que os programas de formação continuada de docentes do ensino superior procuram incidir, isto é, “[...] buscam, a partir de um entendimento de que os bacharéis não têm a devida formação pedagógica, suprir as deficiências detectadas, melhorando o que se convencionou chamar de didática do professor.”

Legitimando os autores anteriores, Nunes e Sousa (2006, p. 2) afirmam que

Em termos gerais, é possível perceber que as políticas de formação de docentes para o ensino superior pouco contribuíram no sentido de garantir efetivamente uma formação preocupada e comprometida com os aspectos didático-pedagógicos. Diante do quadro apresentado e da urgência em resolver questões resultantes da formação inicial do docente universitário, algumas Instituições de Ensino Superior – IES - tem encontrado na formação continuada de seus quadros um modo de suprir as deficiências apresentadas.

Sobre a formação continuada, Justo e Brito (2011, p. 2) afirmam que “nela se busca refletir sobre os saberes necessários ao docente para fundamentar o compromisso com a aprendizagem dos seus alunos para uma ação cidadã e com a construção de um projeto pedagógico coletivo do curso ao qual estão inseridos.”

De acordo com estudos realizados sobre a formação continuada do professor do ensino superior, há a necessidade de ações que valorizem uma formação contínua ou em serviço, através de “cursos, seminários, disciplinas de pós-graduação *lato sensu*, palestras, estágios, etc.”, asseguram Pimenta e Anastasiou (2002, p. 36).

Cruvinel, Godinho e Dalberio (2003, p. 3) ressaltam que

É essencial destacar que a formação continuada é um processo complexo e multideterminado que ganha materialidade em múltiplos espaços e atividades e não se resume apenas a cursos e treinamentos e sim motiva o docente a buscar novos conhecimentos e saberes, ultrapassando dessa forma a fronteira da decodificação dos conteúdos. Esse processo abrange todo o corpo docente e discente num trabalho coletivo, uma vez que a formação do discente como cidadão deve se congrega as necessidades das transdisciplinariedades no processo escolar do ensino aprendizagem, fundamentais na formação do professor e que exige disponibilidade e compromisso. É assim que ocorrem as modificações na sociedade no contexto histórico, cultural e social.

Masetto (2009, p. 14) conclui que é importante repensar a formação profissional do professor de ensino superior, pois

As Diretrizes Curriculares atuais aprovadas pelo MEC para todos os cursos de graduação do ensino superior indicam abertura nesse sentido. Os currículos mínimos foram substituídos por explicitação de um conjunto de competências hoje fundamentais para cada perfil profissional. Estas competências procuram abranger aspectos de construção de conhecimento, de pesquisa, de abertura para outras áreas de conhecimento para além de sua específica, de abertura para inovações, de trabalho em equipe multi e interdisciplinar, e outras mais específicas para cada uma das profissões conforme as discussões existentes na área.

3 FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO

Discorrer sobre a formação para a docência em Secretariado Executivo exige um delineamento de pontos importantes da profissão secretarial, como um pouco da história e da regulamentação da profissão bem como sobre a formação e o perfil do profissional de Secretariado Executivo exigido pelo mercado atual.

A respeito da história da profissão, deve-se lembrar que o “secretário” existe há mais de um século, inicialmente representado com a figura do escriba, mas a sua regulamentação como profissão, no Brasil, se deu apenas em 1985, através da Lei nº 7.377, alterada pela Lei nº 9.261/1996, a qual coloca a exigência de curso superior de Secretariado ou técnico em Secretariado, que tenha concluído o curso em nível de 2º grau (RIBEIRO, 2005; DURANTE, 2012). Sobre este aspecto Nonato Júnior (2009, p. 98) relata que no Brasil e no restante do ocidente, no período posterior ao pós-guerras mundiais, é que a profissão de Secretariado deu início a uma “crescente difusão e organização [...]”.

Desde então muitas evoluções ocorreram na área, e com elas houve a intensificação das transformações relacionadas à formação, principalmente, no tocante ao nível superior, “que passou a capacitar profissionais com visão de futuro e apto para enfrentar os desafios decorrentes do aprofundamento da globalização, bem como as constantes modificações no mundo dos negócios.” (SILVA; BARROS; SOUSA, 2010, p. 46). Esta formação do profissional de Secretariado do Brasil ganhou repercussão e foi, de acordo com Nonato Júnior (2009), considerada como uma das mais completas do mundo pelo jornal inglês The Guardian.

Essa nova capacitação, reconhecida internacionalmente, é assegurada pelo Conselho Nacional de Educação, em sua Resolução nº 3, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências”, de 23 de junho de 2005. (BRASIL, 2005, p.1). Neste documento constam, além de outros pontos importantes sobre o curso, as competências e habilidades que devem ser reveladas durante a graduação. A saber:

I - capacidade de articulação de acordo com os níveis de competências fixadas pelas organizações; II - visão generalista da organização e das peculiares relações hierárquicas e inter-setoriais; III - exercício de funções gerenciais, com sólido domínio sobre planejamento, organização, controle e direção; IV - utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos e situações organizacionais; V - habilidade de lidar com modelos inovadores de gestão; VI - domínio dos recursos de expressão e de comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos

de negociação e nas comunicações interpessoais ou inter-grupais; VII - receptividade e liderança para o trabalho em equipe, na busca da sinergia; VIII - adoção de meios alternativos relacionados com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções; IX - gerenciamento de informações, assegurando uniformidade e referencial para diferentes usuários; X - gestão e assessoria administrativa com base em objetivos e metas departamentais e empresariais; XI - capacidade de maximização e otimização dos recursos tecnológicos; XII - eficaz utilização de técnicas secretariais, com renovadas tecnologias, imprimindo segurança, credibilidade e fidelidade no fluxo de informações; e XIII - iniciativa, criatividade, determinação, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência das implicações e responsabilidades éticas do seu exercício profissional (BRASIL, 2005, p.3).

Percebe-se que os profissionais graduados no Brasil devem desenvolver, ao longo de sua graduação, habilidades e competências que os preparem para as mais diversas situações do mundo dos negócios e desta forma têm-se que o perfil desejado de um egresso do curso de bacharelado em Secretariado Executivo é aquele que

[...] deve apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (BRASIL, 2005, p.3).

Apoiando a legislação do curso, Ribeiro (2005, p. 49) afirma que hoje o profissional de Secretariado

[...] precisa desenvolver um perfil que atenda às necessidades da empresa e a otimize com excelência, pois com a restrição do mercado de trabalho exige-se polivalência profissional, empatia [...] e sinergia. Precisa, ainda, preocupar-se com o todo empresarial, ser produtivo e ter interesse pela qualidade de seus serviços prestados e com o lucro da empresa. Além disso, deve ter iniciativa, ser solucionador de problemas, programador de tempo, de rotinas, de comunicações, de soluções, ser polivalente para assessorar qualquer área da empresa e atuar em vários campos.

Para conseguir formar profissionais tão completos, no que concerne a sua área de atuação, é imprescindível que se tenha um bom projeto pedagógico e uma grade curricular que abranja todas as áreas de desejável domínio por parte dos profissionais de secretariado executivo. Este ponto também é contemplado na Resolução nº 3, em seu Artigo 5º, que expõe

Os cursos de graduação em Secretariado Executivo deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação: I - Conteúdos básicos: estudos relacionados com as ciências sociais, com as ciências jurídicas, com as ciências econômicas e com as ciências da comunicação e da informação; II - Conteúdos específicos: estudos das técnicas secretariais, da gestão secretarial, da administração e planejamento estratégico nas organizações públicas e privadas, de organização e métodos, de psicologia empresarial, de ética geral e profissional, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e do aprofundamento da língua nacional; III - Conteúdos teórico-práticos: laboratórios informatizados, com as diversas interligações em rede, estágio curricular supervisionado e atividades complementares, especialmente a abordagem teórico-prática dos sistemas de comunicação, com ênfase em softwares e aplicativos (BRASIL, 2005, p. 3).

Diante do cenário apresentado, em que “esta profissão é apontada como uma das mais promissoras em todo o mundo atual [...]” (NONATO JÚNIOR, 2009, p. 168), e em que o profissional da área secretarial tem ao seu favor aparatos jurídicos que lhe garantem um ensino que é, internacionalmente, reconhecido como satisfatório, se faz necessário que os profissionais, como diz Ribeiro (2005), deixem de estar secretários e procurem por mais formação. Aqui se deve considerar que um aumento na demanda pelos cursos de Secretariado Executivo, leva a uma pressão pela ampliação do número de cursos ofertados pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Fazendo-se um comparativo do crescimento da oferta do curso de Secretariado no Brasil nos últimos dois anos, verifica-se que, em pesquisa realizada por Silva, Barros e Sousa (2010) as autoras constataram, com base em dados do Ministério da Educação, que existiam cerca de 159 cursos em funcionamento, englobando as diversas modalidades. Hoje, de acordo com dados do mesmo órgão, há no Brasil 171 cursos, divididos entre Bacharelado em Secretariado e Secretariado Executivo, cursos Sequenciais e Tecnólogo em Secretariado.

Quadro 2 – Cursos de Secretariado em atividade no Brasil

Grau do Curso	Nº de Cursos	Modalidade		Gratuidade do Curso	
		Presencial	À distância	Sim	Não
Tecnólogo	61	50	11	4	57
Bacharelado	108	108	0	19	89
Sequencial	2	2	0	0	2
Total	171	160	11	23	148

Fonte: MEC/ EMEC (2012).

O comparativo entre as pesquisas demonstra que, de 2010 para 2012, houve a criação de mais 12 cursos de Secretariado nas IES brasileiras, o que, conseqüentemente, deve ter provocado uma pressão por professores qualificados para atuarem nessas instituições.

A importância de se ter profissionais qualificados para lecionarem na área é colocada por Faria e Reis (2008, p. 173) como vital, pois de acordo com as autoras “é por meio desse ‘mentor’ que o aluno terá seu primeiro contato com a profissão. Em outras palavras, parte do professor a visão inicial proporcionada ao aluno sobre o todo que é secretariar.”

É importante ressaltar que docência não consta nas atividades atribuídas a profissão pela legislação que a rege, dessa forma o foco do curso está na formação de profissionais para a área administrativa, mas de acordo com Faria e Reis (2008, p. 169),

Formar-se professor requer o conhecimento de algumas técnicas, e o curso Secretariado Executivo, apesar de em sua maioria graduar profissionais para trabalhar em empresas, possui disciplinas que desenvolvem aptidões bastante demandadas na profissão docente, como, por exemplo, impostação de voz; postura e clareza na transmissão de idéias; coerência e concisão na produção de textos; domínio de recursos audiovisuais (que favorecem a aprendizagem); organização e planejamento de assuntos a serem discutidos; execução de tarefas com eficiência e eficácia.

Fica claro que a aprendizagem proporcionada pela graduação e a experiência adquirida enquanto profissional de Secretariado Executivo em organizações empresariais, contribui de forma muito positiva para o bom desempenho da docência. Silva, Barros e Sousa (2010, p. 49) reconhecem que o professor que tem o conhecimento na prática do conteúdo das disciplinas que ensina, “demonstra muito mais segurança ao ensinar, expõe com maior propriedade e é capaz de responder sem maiores dificuldades aos questionamentos dos discentes. Essa busca pelo domínio é um caminho a ser trilhado incessantemente através de meios que proporcionem atualização.”

3.1 Desafios da formação para docência em Secretariado Executivo

Os cursos de Secretariado Executivo já obtiveram grandes avanços, para verificá-los basta fazer uma retrospectiva desde a época do escriba, considerado o primeiro secretário da história, perpassando pelos preconceitos enfrentados e superados pela classe, a legalização da profissão, até chegar aos dias atuais, em que o Secretário Executivo, muitas vezes, chega a assumir papel de gestor nas organizações. Entretanto, apesar das muitas conquistas, o curso e, conseqüentemente, seus docentes ainda sofrem com algumas lacunas, dentre elas a falta de uma ciência própria do Secretariado e a carência de formação *Stricto Sensu* específica para a área.

A literatura nesse sentido ainda é carente, mas autores como Nonato Júnior (2002; 2009; 2012), Hoeller (2006), Sabino e Marchelli (2009), Durante; Bíscoli; Maçaneiro e Nascimento (2012) refletem sobre esses e outros desafios da área secretarial conforme será apresentado a seguir.

3.1.1 Falta de ciência própria do Secretariado

Segundo Sabino e Marchelli (2009, p.608) “estudos recentes têm promovido interessantes debates a respeito da natureza do conhecimento no campo do Secretariado e suscitado a possibilidade da constituição de uma ciência unificada para a área”. Mas de acordo com os mesmos autores

A complexidade dos conhecimentos necessários ao secretário executivo caracteriza o desempenho profissional no qual a aplicação de várias teorias simultâneas, reunidas em um único sistema, aproxima-se muito mais de uma composição interdisciplinar do que de uma única ciência independente. (SABINO; MARCHELLI, 2009, p. 608).

O questionamento quanto ao Secretariado ser interdisciplinar é estudado por Nascimento (2012, p. 105) o qual explica que “a interdisciplinaridade [...] consiste na tentativa de interação entre duas ou mais disciplinas.” E que por ser interdisciplinar

É possível encontrar o curso de graduação lotado em diferentes departamentos, de uma universidade para outra. Em algumas instituições está lotado em centros de ciências sociais aplicadas, ligadas aos departamentos de administração ou economia, em outras está nos centros de ciências humanas, ligadas aos departamentos de letras ou comunicação social, ou ainda nos centros de ciências tecnológicas. [...] Pela falta de compreensão do que é esse tipo de conhecimento, muitos afirmam que a produção das interdisciplinas é superficial e desprovida de critérios de cientificidade. (NASCIMENTO, 2012, p. 107).

Quanto à ideia de que o Secretariado Executivo não pode ser considerado como uma ciência, Hoeller (2006, 144) afirma que

O curso está na área da ciência factual, utiliza-se do método indutivo, no campo social - área de humanas, proveniente de várias ciências puras como: direito, economia, política, sociologia, lingüística e outras. O Secretariado Executivo é uma prática e não uma ciência.

Nonato Júnior (2009) é contrário a essa ideia e salienta que desde o início de suas pesquisas sobre a área secretarial identificou que “a afirmação do conhecimento em Secretariado era um dos maiores desafios desta área” e ressalta que os resultados de suas pesquisas “sempre apontaram para a necessidade de instaurar uma teorização para o conhecimento secretarial que é praticado no meio acadêmico, despertando nesta área sua identidade intelectual.” (NONATO JÚNIOR, 2009, p. 13). Para Maçaneiro (2012, p. 75)

[...] a identidade científica em secretariado executivo ainda é permeada por indefinições, indagações e questionamentos iniciais. É uma necessidade que está surgindo em contexto de intensas discussões acadêmicas e esforços de poucos, para levar adiante uma ideia de formação enquanto ciência, por meio de crescimento e enquadramento em área do conhecimento.

Apoiando essas ideias a presidente da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC) reconhece como de suma importância a investigação do

Secretariado como área de conhecimento, já que “a assessoria, a consultoria, a gestão e o empreendedorismo” já estão consolidados como pilares desta atividade profissional. A autora ainda afirma ter “chegado o momento de uma discussão científica e acadêmica do processo de conhecimento formal e prática profissional ‘versus’ área de conhecimento e teoria da origem dos saberes para a plenitude do exercício do Secretariado.” (NONATO JÚNIOR, 2009).

Apesar de ainda estar no início, o primeiro passo já foi dado e de acordo com Nonato Júnior (2008; 2009, p. 37) “sim, estamos em um momento histórico em que há uma demanda por parte da profissão secretarial para elaboração de uma teoria sobre seu conjunto de conhecimentos.”

Histórica e academicamente, os estudos atuais em Secretariado passam por um momento de demanda epistemológica. Isto fica evidente em todas as pesquisas realizadas, principalmente no acompanhamento continuado dos estudantes. Neste, 96% dos acadêmicos demonstram necessidades de um aparato teórico amplo que justifique e articule suas microáreas de pesquisa com o Secretariado em geral. (NONATO JÚNIOR, 2009, p. 37).

O curso de Secretariado existe a mais de quarenta anos, por conseguinte já possui todas as regularizações necessárias, mas encontra-se em uma situação que pode ser considerada contraditória, como relata e indaga Nonato Júnior (2009, p. 14)

Nas universidades, ofertamos há quarenta anos cursos de bacharelado (que se destinam a formação de profissionais pesquisadores) e ocupamos uma vaga nos Centros de Ciências Aplicadas. Na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – os profissionais de Secretariado Executivo estão classificados no segundo Grande Grupo (GG2), ou seja, como pertencentes ao domínio das Ciências e das Artes. Mas, se somos uma ciência com todo o reconhecimento oficial necessário, [...] Qual é o nosso estatuto científico? [...] Qual é a Ciência que representa o agrupamento geral dos conteúdos praticados e pesquisados pelo assessor executivo?

De acordo com o autor, atualmente é necessário aceitar que o Secretariado Executivo alcança seu estatuto de Ciência Social Aplicada. “Logo, não há ciência cuja natureza de seu conhecimento não seja científica.” O que está ocorrendo é um silenciamento acerca da teoria geral do conhecimento científico em Secretariado e, conseqüentemente, ela parece não existir. Com isso se faz necessário “desmistificar a idéia de que o Secretariado seja composto de uma só área, bem como desconstruir o falso entendimento do senso comum de que o Secretariado seja uma subárea de outros cursos.” (NONATO JÚNIOR, 2008, p. 7).

As discussões em torno deste desafio de tornar o Secretariado uma ciência vêm ganhando relevância, mostrando que a área secretarial está se desenvolvendo ao ponto de surgirem teóricos que levantem e defendam essa possibilidade e assim consolidar ainda mais essa área.

3.1.2 Carência de formação *Stricto Sensu* específica para o Secretariado Executivo

O curso de Secretariado Executivo possui mais de quarenta anos de existência no Brasil e ainda assim não possui curso de mestrado e doutorado específico para essa área, revelando-se assim mais um desafio para a docência em Secretariado.

Após a conclusão de sua graduação, os formados que desejam seguir a carreira docente em Secretariado se veem na dúvida quanto a que caminho seguir, no que diz respeito a sua pós-graduação, mais especificamente, sobre os cursos de mestrado e doutorado, tendo em vista que não há para a área secretarial formação *Stricto Sensu* específica.

A não existência de formação *Stricto Sensu* para o curso de Secretariado Executivo é abordada por Durante (2012, p. 8)

O fato de não existir curso de mestrado em Secretariado Executivo desmotiva os profissionais a buscarem tal formação, e aqueles que o fazem acabam tendo que se inserir em outras áreas do conhecimento e realizar estudos que interessam àquela área, produzindo, por conseguinte, conhecimentos que nem sempre têm relação com a área secretarial. Ocorre que para se pensar na criação de um curso de mestrado em Secretariado Executivo deve-se, primeiramente, pensar na formação de professores, ou seja, precisa existir secretários doutores e pesquisas exclusivas. Esse círculo também justifica o reduzido número de pesquisa em secretariado uma vez que os docentes participam de grupos afins com sua formação *Stricto Sensu* e produções acadêmicas.

Com esse panorama tem-se que se considerar que os professores que são graduados em Secretariado Executivo, e até mesmo os que fizeram graduação em outras áreas, mas se dedicam ao secretariado executivo, têm sua formação *stricto sensu* em áreas distintas, como comunicação, linguística, educação, administração, engenharia da produção e outros diversos. Possivelmente essa formação deve refletir no desenvolvimento de pesquisas relacionadas às áreas dos mestrados ou doutorados como exigência dos programas. Desta forma, ao lado da procura por qualificação há, por parte dos pesquisadores, o desenvolvimento de trabalhos em sua “área de formação e pouco se dedicam ao secretariado executivo ou, quando o fazem, fazem como atividade paralela” (BÍSCOLI, 2012, p. 42).

Essa realidade decorre também da ausência de cursos de mestrado em Secretariado Executivo, o que não foi possível de se constituir até o momento, provavelmente pela ausência de docentes pesquisadores na área, uma vez que para conseguir aprovação para a criação de programas ou cursos *stricto sensu* é necessário que se tenha, inicialmente, linhas de pesquisa claramente definidas e registradas na Capes, o que hoje ainda não há, além da quantidade relevante de pesquisas pelos docentes vinculados ao programa proposto, em periódicos e eventos também ranqueados, voltados à linha de pesquisa requisitada pelo possível mestrado, o que não ocorre – igualmente – pelos fatores já expostos. Acrescenta-se, aqui, outro fator, a quantidade ainda pequena de docentes pesquisadores de secretariado executivo com qualificação no nível de doutorado, sendo essa qualificação a mais indicada aos docentes para compor um programa de mestrado. (BÍSCOLI, 2012, p. 42)

A autora afirma ainda que a criação de cursos de mestrado pode estar condicionada ao desenvolvimento da pesquisa na área de secretariado executivo, como também a participação dos docentes pesquisadores em investigações mais direcionadas à profissão, considerando que é crescente a procura de qualificação por parte dos docentes nos cursos de mestrado e doutorado, atribuindo-lhes um perfil de pesquisadores e admitindo também “a construção de linhas de pesquisas nacionalmente consolidadas, o que conduzirá à construção de cursos de mestrado, formando um processo cíclico de crescimento” (BÍSCOLI, 2012, p. 43).

Percebe-se a importância das pesquisas na área secretarial para o crescimento da profissão e atrelado a isso se percebe também a necessidade de envolvimento tanto de pesquisadores, já experientes, como de graduandos, iniciantes na área da pesquisa e que devem procurar cursar um mestrado e um doutorado, e focarem suas pesquisas na profissão de Secretariado para assim se chegar a uma futura consolidação de formação *Stricto Sensu* específica para o Secretariado Executivo.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisa e ciência estão intimamente relacionadas, pois pesquisa é a atividade que permite, no campo científico, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que auxilie na compreensão da realidade e oriente as ações dos pesquisadores (PÁDUA, 2004). E a “ciência pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível” (GIL, 2008, p. 2). Assim, “não pode haver ciência sem pesquisa e não pode haver pesquisa sem ciência” (LEITE, 2008, p. 40).

Entretanto para que a pesquisa receba o qualificativo de científico, deve ser desenvolvida de maneira sistematizada, utilizando-se de métodos próprios e técnicas específicas e ainda “procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica. Os resultados, assim obtidos, devem ser apresentados de forma peculiar” (RUDIO, 2007, p. 2).

Desta forma, a pesquisa científica se distingue de outros tipos de pesquisa “pelo método, pelas técnicas, por estar voltada para a realidade empírica e pela forma de comunicar o conhecimento obtido” (RUDIO, 2007, p. 2).

A maneira como a pesquisa científica será conduzida desde a obtenção dos dados até a análise dos resultados, e, com isso, o alcance dos objetivos gerais e específicos, deve ser pautado pela metodologia científica, definida como o estudo científico dos métodos que tem o propósito de “indicar ao pesquisador o caminho para investigar a verdade” (SCHLITTLER, 2008, 40).

4.1 Classificação da Pesquisa

O presente estudo, quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritivo, tendo em vista que buscou analisar a formação dos docentes do curso de Secretariado Executivo das Instituições de Ensino Superior do Brasil (IES). A pesquisa descritiva segundo Polak, Diniz e Santana (2011, p. 75)

[...] visa dar uma explicação sistemática de um ou mais fenômenos ou aprofundar um tema. [...] O procedimento visa medir ou situar um grupo de pessoas, objetos, situações, contextos, fenômenos, em uma ou mais variável ou conceito e possibilitar a descrição dos mesmos.

Nesse sentido, Polak, Diniz e Santana (2011, p. 71) afirmam que a pesquisa qualitativa é [...] “uma pesquisa descritiva e dirigida à compreensão e descrição dos fenômenos globalmente considerados, bem como a dinâmica existente entre a realidade e os sujeitos pesquisados”.

De acordo Gil (2008) são numerosos os estudos que podem entrar nessa classificação, e uma de suas principais características é a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados. Rudio (2007, p. 71) ressalta que

Os dados obtidos devem ser analisados e interpretados e podem ser qualitativos, utilizando-se palavras para descrever o fenômeno (como, por exemplo, num estudo de caso) ou quantitativos, expressos mediante símbolos numéricos (como, por exemplo, o total de indivíduos numa determinada posição da escala, na pesquisa de opinião).

Baseando-se em Rudio (2007), o presente estudo, quanto à forma de abordagem, classifica-se como qualitativo, pois se propôs a analisar um determinado grupo, buscando informações sobre a formação dos docentes do curso de Secretariado Executivo das IES brasileiras.

4.2 Técnicas de Pesquisa

Os procedimentos técnicos são considerados como um conjunto de normas ou métodos dos quais a ciência se utiliza para a obtenção de seus objetivos. [...] “Correspondem à parte prática de coleta de dados” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 111).

Nesta pesquisa os procedimentos utilizados foram revisão de literatura pertinente e pesquisa de campo. Onde a primeira analisou a literatura pertinente ao assunto estudado a fim de dar embasamento teórico para a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi realizada através de uma análise de conteúdo em currículos cadastrados na Plataforma Lattes que

representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. [...] O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (PLATAFORMA LATTES, 2012).

A análise de conteúdo que “permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 111). Pode ser definida como

[...] um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 1963 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

Ainda segundo o autor, há três etapas básicas de trabalho quando se utiliza a análise de conteúdo: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na primeira é feita apenas a organização do material, a segunda “começa já na pré-análise, mas nesta etapa, especificamente, o material de documentos que constitui o *corpus* é submetido a um estudo aprofundado, orientado este, em princípio, pelas hipóteses e referenciais teóricos”. Na terceira e última etapa é que são feitas “a reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelecem relações com a realidade aprofundando as conexões das ideias, chegando se possível à proposta básica de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais” (BARDIN, 1963 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 161).

Inicialmente, na etapa da pré-análise, foram escolhidos os critérios dos currículos que seriam submetidos à apreciação. Para isso, nessa primeira fase, foram buscados na Plataforma Lattes, no link “Buscar Currículos”, os currículos lattes de docentes graduados em Secretariado Executivo, que tenham formação *Stricto Sensu* e que lecionem em cursos de Secretariado em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Ao encontrar esses documentos, os mesmos foram baixados e, na etapa de “descrição analítica”, esse material foi estudado de forma aprofundada de acordo com as ideias levantadas no referencial teórico. Desta forma, nessa fase, foi feita uma análise a fim de descobrir, de forma geral, qual o perfil da formação dos docentes de Secretariado Executivo no Brasil, mais especificamente, qual a formação *Stricto Sensu*, quais os cursos de capacitação e atualização feitos por eles e ainda se esses docentes tinham alguma formação para a docência no ensino superior. Finalmente, de acordo com o levantamento feito na etapa anterior, foi traçado o perfil da formação dos docentes de Secretariado Executivo atuantes nas IES brasileiras (BARDIN, 1963 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 161).

4.3 Universo e amostra

Para a realização da pesquisa de campo deste estudo foram definidos o universo (população) e a amostra a ser estudada. A esse respeito Rudio (2007, p. 60) salienta que “em pesquisa, população designa a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características, definidas para um determinado estudo”.

Segundo Triola (1999 apud POLAK, DINIZ e SANATANA, 2011, p. 89), “uma população ou universo do estudo é uma coleção completa e total dos elementos (valores, pessoas, medidas etc.) a serem estudados.”

Geralmente, uma pesquisa não é realizada com todos os indivíduos que fazem parte da população. Assim “costuma-se, neste caso, selecionar uma parte representativa dela, denominada amostra. [...] Esta definida como “uma parte da população, selecionada de acordo com uma regra ou plano” (RUDIO, 2007, p. 62). É ainda definida como “porção ou parcela, convenientemente, selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.” (MARKONI; LAKATOS, 2009, p. 112).

No caso desta pesquisa, o universo foi constituído pelos docentes do curso de Secretariado Executivo das IES brasileiras. No entanto a análise foi realizada com base em uma amostragem de 30 (trinta) currículos, o que pode efetuar-se “desde que o material a isso se preste” (BARDIN, 2009, p. 123).

Deve-se destacar que a pesquisa de campo se baseou exclusivamente nas informações constantes nos currículos dos professores e que, mesmo sabendo que alguns já estão em outros níveis de pós-graduação, optou-se por ser fiel as informações postadas nos currículos.

Destaca-se ainda que os dados coletados a partir dos currículos dos professores foram analisados qualitativamente à luz da teoria estudada e, com base no conteúdo disposto em cada currículo, foram feitas inferências que conduziram ao cumprimento dos objetivos geral e específicos da pesquisa.

5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

A presente pesquisa, para que atingisse seus objetivos, obedeceu as seguintes etapas: primeiro, foi feito um levantamento, em artigos científicos publicados nas revistas especializadas, dos nomes de professores de Secretariado Executivo, graduados e conhecidos na área, e também foi realizado um arrolamento através da indicação de nomes por outros professores. Com a listagem destes nomes, foi realizada uma busca na Plataforma Lattes pelos currículos desses professores. Em seguida, separaram-se os currículos dos professores que possuíam formação *Stricto Sensu* daqueles que possuíam apenas formação *Lato Sensu*; e, posteriormente, foram analisados em cada currículo os seguintes aspectos: Nível *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* e suas respectivas áreas de pesquisa e ainda as formações complementares realizadas pelos professores, a fim de saber se essas áreas contribuem para o exercício da profissão docente.

Foram selecionados para este estudo, no total, 30 currículos. Ressalta-se que esta pesquisa baseou-se, exclusivamente, nas informações encontradas na Plataforma Lattes e que os nomes dos docentes não serão divulgados.

A análise dos dados e os resultados da pesquisa, que objetivou analisar a formação de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil, serão apresentados a seguir.

5.1 Formação *Stricto Sensu*

A pesquisa e análise da formação *Stricto Sensu* dos docentes de Secretariado Executivo constatou que, dos 30 currículos pesquisados, 1 possui Pós-Doutorado e as demais titulações, 13 possuem Doutorado, Mestrado e Especialização, 29 possuem Mestrado e Especialização, e somente 1 possui apenas Especialização.

O primeiro ponto a ser colocado nesta análise remete às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/96 quanto ao grau de formação de pelos menos mestre ou doutor dos docentes que pretendem atuar no ensino superior. Nesse sentido ao utilizar como um dos critérios da pesquisa a formação *Stricto Sensu*, encontrou-se uma dificuldade em selecionar os currículos, pois ainda há muitos professores que lecionam no Curso de Secretariado Executivo, e ainda não possuem as titulações exigidas pela LDB.

De acordo com Morosini (2000, p.11) se encontram profissionais no exercício da docência, considerando a graduação realizada, com “formação didática obtida em cursos de licenciatura; outros, que trazem sua experiência profissional para a sala de aula; e, outros

ainda, sem experiência profissional ou didática, oriundos de curso de especialização e/ou *stricto sensu*”.

Quadro 3. Formação *Stricto Sensu* dos docentes.

Área	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado
Administração	9	3	1
Economia e Direção de Empresas	0	1	0
Ciências Sociais	0	1	0
Desenvolvimento	1	0	0
Desenvolvimento Regional e Agronegócio	3	1	0
Desenvolvimento Regional e Urbano	2	1	0
Gestão do Desenvolvimento Local e Sustentável	1	0	0
Desenvolvimento Humano e Respons. Social	1	0	0
Educação	6	0	0
Educação, Administração e Comunicação	1	0	0
Engenharia da Produção	1	2	0
Estudos da Linguagem	1	0	0
Letras	1	0	0
Linguística aplicada e Estudos da linguagem	0	1	0
Gestão Pública	1	0	0
Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	1	3	0
TOTAL	29	13	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro ponto a ser analisado, é quanto à diversidade de áreas das titulações dos professores, conforme mostra o quadro acima. Acerca dessa diversidade, cabe analisar até que ponto a titulação nessas áreas contribui para a formação dos graduandos em Secretariado Executivo. Assim, à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em seu Artigo 5º, que destaca os campos de formação a serem preponderados na preparação dos futuros Secretários Executivos, têm-se que: os Professores com titulação nas áreas de Ciências Sociais (Doutor), em Economia e Direção de Empresas (Doutor), em Desenvolvimento Regional e agronegócio (Mestres e Doutor), em Desenvolvimento Regional e Urbano (Mestres e Doutor), em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (Mestre e Doutor), em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (Mestre e Doutores), em Educação, Administração e Comunicação (Mestre), em Gestão Pública (Mestre), em Gestão do Desenvolvimento local e sustentável (Mestre), em Desenvolvimento (Mestre), têm as titulações que atendem aos

conteúdos básicos (Ciências Sociais, Ciências econômicas e ciência da comunicação e informação) descritos pela DCN e ainda no Art. 43, incisos II e IV da LDB.

Já os professores com titulações nas áreas de Administração (Mestres, Doutores e Pós-Doutor), Estudos da linguagem (Mestre), Letras (Mestre), Linguística aplicada e estudos da linguagem (Doutor) tem a formação que atende aos conteúdos específicos: administração e planejamento estratégico, psicologia empresarial, domínio de língua estrangeira e do aprofundamento da língua nacional. Deve-se enfatizar que dentre as titulações dos professores analisados não há as que atendam aos conteúdos específicos de técnicas secretarias, gestão secretarial e ética geral e profissional, parte tão importante do currículo dos alunos de Secretariado Executivo, tendo em vista serem nestes campos que os alunos conhecem realmente o que é a função de secretariar e quais os direitos e deveres da profissão.

Neste ponto percebe-se ainda, que a não existência de formação *Stricto Sensu* na área do Secretariado, faz com que os docentes desses campos específicos procurem, através de cursos de especialização e formação complementar, capacitação para lecionarem e assim estarem preparados para atingirem o objetivo de ensino-aprendizagem junto aos futuros profissionais de Secretariado Executivo.

5.2 Cursos de capacitação e atualização

Para o cumprimento desse objetivo, buscaram-se nos currículos, os cursos de capacitação e atualização feitos pelos professores, e que tivessem relação com a área de Secretariado. Constatou-se que muitos professores os quais, provavelmente lecionam as disciplinas do campo específico, já que não existe formação *Stricto Sensu*, buscaram qualificação através de cursos de Especialização e de formação complementar, ambos voltados para a área secretarial, conforme quadro abaixo.

Quadro 4. Cursos de capacitação e atualização feitos pelos docentes

A Função Gerencial da Secretária
Administração
Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos
Administração Gestão Estratégica de Negócios
Cerimonial e Eventos

(Continua)

(Continuação)

Quadro 4. Cursos de capacitação e atualização feitos pelos docentes

Ciência Política: Teoria e Prática Política no Brasil
Comércio Exterior
Como desenvolver equipes de trabalho
Como falar em público
Competências e Habilidades para falar em público
Competências interpessoais
Curso básico de redação oficial
Curso de Formação de Multiplicadores de Treinamento
Curso de Oratória
Desenvolvimento Gerencial
Educação na sustentabilidade
Etiqueta Social e Profissional
Excelência na Gestão Pública
Extensão universitária em Preparação Língua Inglesa para Prova de M/D
Extensão universitária em Turismo e inclusão
Gerenciamento do Escopo de Projetos
Gestão de Eventos
Gestão de Serviços
Gestão e Liderança Universitária
Gestão Secretarial
Linguística aplicada a Língua Estrangeira
Linguística aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeira
MBA - Planejamento e Gestão Estratégica
MBA em Gestão Empresarial
MBA Executivo em Marketing
MBS - Master Business Secretaries
Moderna Redação Empresarial
Pedagogia Empresarial
Prática de Avaliação de Desempenho
Relações Interpessoais
Tecnologias avançadas para secretários

Fonte: Dados da pesquisa.

Capacitar-se para lecionar nas disciplinas específicas do curso de Secretariado Executivo é de fundamental importância, já que, como afirma Vasconcelos (1996), a formação de um professor requer o domínio do conteúdo específico e uma constante atualização, visto que isso é uma cobrança sempre presente por parte das instituições.

Faria e Reis (2008) apontam a qualificação na área como vital, haja vista que o primeiro contato entre os alunos e a profissão, será mantido através das aulas das disciplinas específicas.

No dizer de MOROSINI (2000, p. 11):

Com o processo de globalização, que se adentrou de forma acentuada pelo panorama nacional, a concepção de docência universitária está sofrendo alterações. [...] Tornam-se definidores: um cidadão competente e competitivo; inserido na sociedade e no mercado de trabalho; com maior nível de escolarização e de melhor qualidade; utilizando tecnologias de informação na sua docência; produzindo seu trabalho não mais de forma isolada, mas em redes acadêmicas nacionais e internacionais; dominando o conhecimento contemporâneo e manejando-o para a resolução de problemas, etc.

A importância da capacitação também é abordada pela LDB, a qual afirma que os profissionais da educação têm como fundamento “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” (BRASIL, 1996). Nota-se que a capacitação, além de ser buscada pelo próprio docente, deve ser oferecida pelas instituições de ensino, através de programas de capacitação e de formação continuada para todos os seus docentes em exercício.

5.3 Formação para a docência

O último ponto analisado nos currículos foi a existência de cursos de formação que se relacionassem com a docência e verificou-se a existência de inúmeros cursos, abrangendo especializações, cursos de extensão, dentre outros como mostra o quadro a seguir.

Quadro 5 – Cursos de formação para a Docência

A linguagem corporal na prática docente
Abordagem de ensino: Relacionamento e Comunicação
Aperfeiçoamento em Educação a Distância.
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
Capacitação de Professores para o Ambiente Virtual
Capacitação de Professor-Formador
Curso de Atualização Didático-Pedagógica

(Continua)

(Continuação)

Quadro 5 – Cursos de formação para a Docência

Didática e Metodologia do Ensino Superior
Educação para o Futuro
Educação: Ênfase em docência do Ensino Superior
Estratégia de planejamento educacional
Estratégias Pedagógicas do ensino-aprendizagem
Extensão universitária em abordagem de ensino: relacionamento e comunicação
Extensão universitária em competências e habilidades aplicadas a Educação superior
Extensão universitária em Didática do Ensino Superior
Extensão universitária em Elaboração de Artigos Científicos
Extensão universitária em Gestão Pedagógica
Extensão universitária em Metodologia da pesquisa, conhecimento, saber e ciência
Extensão universitária em oficina pedagógica ferramentas e objetos virtuais aprendiz
Extensão universitária em Processo Pedagógico
Extensão universitária em qualificação da voz visando ao trabalho docente
Extensão universitária em redação acadêmico-científico
Ferramentas digitais para o trabalho docente
Formação Pedagógica para professor ensino profissional
Formação continuada para docentes
Formação de Professores em Educação à Distância
Gestão e Docência em EaD.
Metodologias inovadoras na ação docente
Métodos de Avaliação
Oficina pedagógica: possibilidades no ambiente virtuais
Planejamento Educacional e Administração Escolar
Políticas Sociais e Educação
Preparação para banca examinadora do PPQG
Programa de Desenvolvimento Integral para Professores
Programa de Capacitação do Banco de Avaliadores.
Programa especial para formação de professores
Qualificando Projetos de Pesquisa
Tecnologia da Informação na educação

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que os cursos acima apresentados preparam os professores, não só didaticamente, mas também para as diversas atividades que devem ser desenvolvidas no exercício da profissão docente no ensino superior como, por exemplo, a orientação e avaliação de trabalhos científicos.

Esses cursos se mostram de extrema importância na formação docente, pois a maioria dos professores do curso de Secretariado Executivo tem a formação de bacharel, e mesmo sendo especialistas, mestres ou doutores, não possuem formação pedagógica, por conseguinte, não tem preparação para o exercício da docência.

Deve-se salientar ainda que os professores mesmo possuindo o conhecimento, se não tiverem uma qualificação, não conseguirão fazer com o processo de ensino-aprendizagem se estabeleça corretamente. Eles detêm o conhecimento de determinada área, mas desconhecem a maneira de construir o conhecimento junto com o aluno.

Exemplifica-se aqui o caso dos Secretários Executivos que primeiro atuaram em empresas e depois são aprovados em concurso público e passam a atuar como docentes, ou seja, eles saem das organizações negociais e vão direto para a sala de aula, é certo que eles além do conhecimento teórico aprendido na universidade, tem o conhecimento da prática das disciplinas que vão lecionar, mas isso não implica em um ensino que alcance a aprendizagem do aluno.

Isaia (2006) comenta que para ingressar na carreira docente, os profissionais devem possuir a titulação de mestre ou doutor e que, por isso, dão início a sua carreira em avançados níveis de progressão funcional. Entretanto não possuem uma preparação para a docência, exigindo que ela seja construída ao longo do tempo.

Verifica-se ainda na análise realizada sobre os cursos feitos pelos professores, que estes tiveram uma preocupação com pontos que, a princípio, podem parecer irrelevantes, como no caso dos cursos de qualificação da voz, ferramentas digitais para o trabalho docente e avaliação do ensino e da aprendizagem, mas que fazem toda a diferença para a concretização do objetivo do ensino que é a aprendizagem do aluno.

Sobre o primeiro curso, é muito importante que o professor, além de outras habilidades, tenha uma boa dicção e saiba controlar seu tom de voz para que não pareça muito agressivo ou brando demais. Sobre o segundo, é imprescindível na atualidade, que os professores façam uso de ferramentas que dinamizem as aulas, tirando-as da monotonia e assim estimulando os alunos. E sobre o terceiro, o professor deve entender que avaliar um aluno, não precisa, necessariamente, ser apenas através de provas, nas quais os alunos tendem

a decorar o conteúdo somente para aquele momento de avaliação e depois o esquecem. Os docentes podem procurar maneiras alternativas para avaliar o seu graduando, levando-o a reflexão e conseqüentemente ao aprendizado.

A importância de se fazer cursos de preparação para a docência está ligada ao fato de que “[...] ministrar aulas envolve o domínio de técnicas específicas e um tipo de competência profissional, a pedagógica, que deve ser desenvolvida como qualquer outra competência e não simplesmente ser considerada como um ‘dom’.” (VASCONCELOS, 1996, p. 1).

Corroborando com esta análise Masetto (1998) elenca as competências que são específicas para a docência no ensino superior. Onde a primeira é a competência em uma determinada área, o que significa que o docente deverá ter um domínio dos conhecimentos básicos numa determinada área, experiência profissional de campo, uma constante atualização dos conhecimentos e práticas profissionais e ainda o domínio de uma área de conhecimento específico pela pesquisa; a segunda é o domínio na área pedagógica, na qual os docentes devem dominar o processo de ensino-aprendizagem e a terceira é o exercício da dimensão política, haja vista que quando um professor entra em sala de aula para lecionar uma disciplina, ele “não deixa de ser um cidadão, alguém que faz parte de um povo, de uma nação, que se encontra em um processo histórico e dialético, que participa da construção da vida e da história de seu povo”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a formação de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil e como objetivos específicos: I) analisar a formação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil; II) analisar os cursos de capacitação e atualização na área de Secretariado feitos por uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil; III) analisar a formação para docência do ensino superior de uma amostra de docentes de Secretariado Executivo no Brasil. Para que atingisse esses objetivos foi realizada uma revisão da literatura pertinente ao assunto e uma pesquisa de campo baseada nas informações dos currículos lattes dos docentes que compuseram a amostra.

A revisão bibliográfica revelou, dentre outros aspectos, que a docência em qualquer nível de ensino apresenta muitos desafios. No exercício dessa profissão no ensino superior um dos mais marcantes é a formação dos docentes, pois, de acordo com a legislação vigente, para lecionar na educação superior, exige-se as titulações de mestre e/ doutor e, segundo alguns autores, essas formações não são suficientes para o exercício da docência, considerando que não contemplam uma formação didático-pedagógica. No caso da docência em Secretariado Executivo esse desafio também está presente, pois a maioria de seus docentes, mesmo sendo especialistas, mestres ou doutores, tem formação de bacharel e por isso ao longo de suas graduações foram qualificados para a prática em empresas e não em salas de aulas, exigindo-se assim cursos na área de didática e pedagogia que os preparem para promover um processo de ensino-aprendizagem de qualidade que reflita em bons profissionais a serem lançados no mercado.

Já os resultados da pesquisa de campo apontaram para algumas reflexões. Inicialmente, percebeu-se que ainda há professores que não possuem formação *Stricto Sensu*, mas deve-se salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) orienta que pelo menos um terço do corpo docente tenha a titulação acadêmica de mestre ou doutor. Assim esses professores podem exercer a docência, mas devem buscar por mais formação. Outra reflexão diz respeito ao atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Secretariado Executivo. No que concerne aos campos de formação, verificou-se que os mesmos são atendidos quase que em sua totalidade, com exceção dos conteúdos específicos de técnicas secretarias, gestão secretarial e ética geral e profissional, os quais são primordiais na formação de um profissional de Secretariado e ainda não têm uma formação de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado para os docentes que ministram as

disciplinas destes campos. Nesse sentido é evidente o empenho dos docentes em buscarem, por meio de cursos de especialização, extensão e formação complementar, qualificação que atenda principalmente o aprofundamento dos conhecimentos das disciplinas dos campos específicos.

Deve-se destacar ainda o grande número de cursos voltados para a formação em docência que é feito pelos professores, o que leva a inferir que os docentes são conscientes de que apenas as titulações de mestre e/ doutor não são suficientes para a prática docente e que para atingir o objetivo maior de aprendizagem dos alunos, eles têm de se qualificarem para tal.

Com relação ao problema da pesquisa, os resultados apontam que o perfil da formação dos docentes de Secretariado Executivo do Brasil está caminhando para o que orienta tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso, pois os docentes de Secretariado têm buscado as titulações exigidas pela LDB, e quanto aos que lecionam as disciplinas do campo específico, mesmo ainda não havendo formação *Stricto Sensu* na área do Secretariado, buscam por meio de outros cursos ligados a área, se capacitar e assim preencher essa lacuna e, além disso, ainda procuram capacitação para a docência o que os auxilia na difícil tarefa do ensino-aprendizagem.

Ressalta-se por fim que o presente trabalho, por tratar da docência em Secretariado, apresentou como principal dificuldade, a carência de literatura dedicada ao assunto, dificultando assim o embasamento teórico. No entanto, essa dificuldade assinala a necessidade de mais estudos relativos ao tema e, por conseguinte coloca este estudo como um caminho a ser trilhado para o aprofundamento das discussões em torno do ensino na área secretarial.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Docência na educação superior. *In*: RISTOFF, Dilvo. SEVEGNSMI. Palmira (Orgs). **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006 (Coleção Educação Superior em debate; v. 5). Disponível em: <http://www.unifra.br/Utilitarios/arquivos/arquivos_prograd/Docenciadaeducacaosuperior.pdf>. Acesso em: 6 jan 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2009.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann.; CHAUÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.
- BÍSCOLI, Fabiana Regina Veloso. A evolução do secretariado executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. *In*: DURANTE, Daniela Giareta (Org). **A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências (2005).
- _____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. DF, 1996, 14 p. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 21 nov 2012.
- COSTA, Jeiffieny da Silva. Docência no ensino superior: professor aulista ou professor pesquisador? **Caderno Discente do Instituto Superior de Educação**, Aparecida de Goiânia, 2008, Ano 2, nº 2. Disponível em: <<http://www.unifan.edu.br/files/pesquisa/artigo%20doc%c3%8ancia%20no%20ensino%20superior%20-%20professor%20aulista%20pesquisador.pdf>>. Acesso em: 20 nov 2012.
- CRIPPA, Adolfo. **A Universidade**. São Paulo: Convívio, 1980.
- CRUVINEL, Renata de Sousa; GODINHO, Magna Aspásia da Silva Fontinelli; DALBERIO, Maria Célia Borges. **Formação continuada de professores do ensino superior**. Uberaba, 2003. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/AVIposgraduacao090507212940.pdf>>. Acesso em: 25 nov 2012.
- DEBALD, Blasius Silvano. A docência no ensino superior numa perspectiva Construtivista. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL – ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. 2003, Cascavel, **Anais**. Cascavel: UNIOESTE, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/nufordes/index.php/visoes-compartilhadas-em-pedagogia-universitaria/visoes-compartilhadas/8-a-docencia-no-ensino-superior-numa-perspectiva-construtivista>>. Acesso em: 21 nov 2012.

DURANTE, Daniela Giaretta. A pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios. *In: DURANTE, Daniela Giaretta (Org). A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

FARIA, D. S.; REIS, A. C. G. Docência em Secretariado Executivo. **FAZU em Revista**, Uberaba, n. 5, p. 169-174, 2008. Disponível em: <<http://www.fazu.br/ojs/index.php/fazuemrevista/article/viewArticle/61>>. Acesso em: 12 set 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HOELLER, P. A. F. A natureza do conhecimento em secretariado executivo. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 5, nº 5, p. 139-145, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/viewFile/89/298>>. Acesso em: 25 nov 2012.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. *In: RISTOFF, Dilvo. SEVEGNSMI. Palmira (Orgs). Docência na Educação Superior*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006 (Coleção Educação Superior em debate; v. 5). Disponível em: <http://www.unifra.br/Utilitarios/arquivos/arquivos_prograd/Doc%C3%Aancia%20da%20edu%20superior.pdf>. Acesso em: 6 jan 2013.

JUSTO, Maria Christina.; BRITO, Regina Lúcia Griffoni Luz de. Formação continuada de docentes do ensino superior: possibilidades de construção grupal de saberes docentes em instituição particular de ensino. *In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DO PROGRAMA EDUCAÇÃO: CURRÍCULO 2011*, 10, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em:<http://www.ced.pucsp.br/encontro_pesquisadores_2011/downloads/aprovados/MariaChristinaJusto_ReginaLuciaGiffoniLuzdeBrito.pdf>. Acesso em: 20 dez 2012.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa**. Aparecida: Idéias e Letras, 2008.

MAÇANEIRO, Marlete Beatriz. A construção da identidade científica em Secretariado Executivo. *In: DURANTE, Daniela Giaretta (Org). A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2009.

MASETTO, Marcos T. **Docência na universidade**. São Paulo: Papirus, 1998.

MASET TO, Marcos T. Formação pedagógica dos docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração**, São Paulo, Vol. 1, n. 2, p.04-25, 2009. Disponível em: <<http://www.facec.edu.br/seer/index.php/docenciaepesquisaemadministracao>>. Acesso em: 20 nov 2012.

MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em: <emec.mec.gov.br>. Acesso em 20 nov 2012.

MOROSINI, Marília Costa. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.) **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: < http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/D_professor_ensino_superior.pdf>. Acesso em: 4 dez 2012.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. Pesquisa aplicada e interdisciplinaridade: da linguística ao secretariado. In: DURANTE, Daniela Giareta (Org). **A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia do secretariado executivo: por uma teoria do conhecimento em Secretariado**. Portal da FENASSEC – Federação Nacional das Secretárias e Secretários, 2008. Disponível em: < http://www.fenassec.com.br/pdf/artigos_trab_cientificos_consec_1lugar.pdf>. Acesso em: 3 dez 2012.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a fundação das ciências da assessoria**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. Objeto de pesquisa em Secretariado Executivo. In: DURANTE, Daniela Giareta (Org). **A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

NUNES, Neusa Clementina Rosa.; SOUZA, Silvia Cristina de. Um estudo acerca da formação do professor universitário. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**. São Paulo, v. 1, nº 2. 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/439/329>>. Acesso em: 28 nov 2012.

PADUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 13 dez 2012.

POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza; DINIZ, José Alves; SANTANA, José Rogério. **Dialogando sobre metodologia científica**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIBEIRO, Nilzenir de Lourdes Almeida. **Secretariado: do escriba ao gestor**. São Luis: [s.n] 2005.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SABINO, Rosimeri Ferraz.; MARCHELLI, Paulo Sérgio. O debate teórico-metodológico no campo do secretariado: pluralismos e singularidades. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro -

RJ, v. 7, nº 4, p. 608-621, 2009. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512009000400006&script=sci_arttext>.
 Acesso em: 11 jan 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim Severino. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SCHLITTLER, José Maria Martins. **Como fazer monografias**. Campinas: Servanda Editora, 2008.

SILVA, Joelma Soares.; BARROS, Conceição de Maria Pinheiro.; SOUSA, Elaine Freitas de. Docência em Secretariado Executivo: a valoração da experiência extraclasse. **Revista Expectativa**. Cascavel – PR, v. 9, nº 9, p. 43-60, 2010. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/5869>>. Acesso em: 20 nov 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice.; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução: João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Conferência geral. **Recomendação relativa à condição do pessoal docente do ensino superior**. Paris, 1997. Disponível em:
 < <http://www.cpihts.com/PDF02/Recomendacao%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 22 nov 2012.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho. **A formação do professor de terceiro grau**. São Paulo: Pioneira, 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência universitária na educação superior. In: RISTOFF, Dilvo. SEVEGNSMI. Palmira (Orgs). **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006 (Coleção Educação Superior em debate; v. 5). Disponível em:
 <http://www.unifra.br/Utilitarios/arquivos/arquivos_prograd/Doc%C3%Aancia%20da%20edu%20superior.pdf>. Acesso em: 6 jan 2013.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.